

Sociedade do Sujeito Inacabado



© 2024 — Alexandre Júnior e Jerri Almeida

Sociedade do Sujeito Inacabado

Deserto de humanidades na trajetória dos Espíritos

Todos os direitos desta edição reservados à
CONHECIMENTO EDITORIAL LTDA.

Rua Prof. Paulo Chaves, 276 – Vila Teixeira

Marques CEP 13485-150 – Limeira – SP

Fone/Fax: 19 3451-5440

www.edconhecimento.com.br

vendas@edconhecimento.com.br

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio — eletrônico ou mecânico, inclusive por processos xerográficos, de fotocópia e de gravação — sem permissão, por escrito, do editor.

Revisão: Luiz Gustavo O. dos Santos

Ilustração da Capa: Banco de imagens

Projeto Gráfico: Sérgio Carvalho

1ª Edição – 2024

• Impresso no Brasil • *Presita en Brazilo*

Produzido no departamento editorial da
CONHECIMENTO EDITORIAL LTDA

Impresso na



a gráfica digital da **EDITORA DO CONHECIMENTO**
grafica@edconhecimento.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Angélica Ilacqua CRB-8 / 7057)

Júnior, Alexandre

Sociedade do Sujeito Inacabado : Deserto de humanidades na trajetória dos Espíritos / Alexandre Júnior e Jerri Almeida - Limeira, SP: Editora do Conhecimento, 2024.

106 p.

ISBN: 978-65-5727-177-3

1. Espiritismo 2. Ciências sociais 3. Humanismo 4. Educação 5. Sociedades I. Almeida, Jerri II. Título

24

CDD – 133

Índices para catálogo sistemático:

1. Espiritismo

Alexandre Júnior e Jerri Almeida

Sociedade do Sujeito Inacabado

Deserto de humanidades na trajetória dos Espíritos

1ª edição
2024





Sumário

Prefácio.....	7
1. Direitos humanos, perspectivas sociais e o Espiritismo...	12
2. A educação libertária e a produção da autonomia.....	20
3. Reumanização do sofrimento.....	30
4. Reflexões sociais e políticas sobre o sujeito inacabado....	39
5. Inacabamento humano e moralidade.....	53
6. As identidades culturais e o sujeito inacabado.....	62
7. A revolução da sensibilidade.....	74
8. A sociedade do sujeito inacabado.....	85
Posfácio.....	96
Referências bibliográficas.....	100
Pirataria Espiritual.....	104



Prefácio

Luiz Gustavo O. dos Santos

Segundo a doutrina espírita, o homem é um Espírito encarnado^[1]. Sua encarnação se dá para seu aperfeiçoamento^[2]. Isso significa que o ser humano, no decorrer desse processo, é um ser inacabado. Enquanto vier a passar pela encarnação, estará no mundo, na sociedade humana; o que pode levar várias encarnações^[3]. Será, pois, um ser também social. Assim, nós, humanos, como escrevem os autores neste volume, somos seres complexos, “Seres-Humanos-Espíritos-Sociais”.

As encarnações, pode-se dizer, servem como oportunidades de aprendizados. Portanto, o processo que nos encaminha na senda do aperfeiçoamento, entendido como progresso, será, pedagógico. Sendo os Espíritos os seres inteligentes da criação, progredirão tanto em conhecimento quanto em moralidade.

Cada vez que se encarna, o humano-Espírito-social – que somos todos – assume uma personalidade e certos papéis sociais, desempenhando diversas *performances*, cumprindo funções e se colocando em variados postos na sociedade. Vivencia, assim, muitos sujeitos ao longo das

[1] “O homem, sendo um Espírito encarnado, possui os atributos do Espírito.” (Allan Kardec, *Revista espírita*, out. 1864, “O sexto sentido e a visão espiritual”.)

[2] Cf. Allan Kardec, *O livro dos espíritos*, n. 132, 133.

[3] *Idem*, n. 166b, 169.

reencarnações. Em cada encarnação, os sujeitos inacabados, convivendo, configurarão coletivamente a sociedade, a partir das suas relações recíprocas e políticas – sociedade *sobre a qual eles influem e pela qual são influenciados*, digamos, dialeticamente.

Assim sendo, como não pensar, não meditar, não refletir sobre a coletividade de Espíritos encarnada e no tipo de sociedade que configurará para si? Que modelo de país, de sociedade, de mundo queremos e podemos ter? Qual seria o modelo de sociedade que melhor se adapta aos sujeitos espirituais sociais inacabados, que os acolhe, os educa, os faz progredir e os torna felizes desde o nascimento até a morte? E quais modelos lhes dificultam, violentam-nos, prodigalizam a injustiça e insuflam o egoísmo? Quantos valores, quanta filosofia política, pedagogia, psicologia não estão envolvidos nessa profunda discussão! O Espiritismo nos permite essa reflexão.

Uma vez que os sujeitos não apenas influem sobre seu meio como são por ele influenciados, compreende-se que o próprio meio social se constitui em decisivo fator educativo sobre eles. E o que temos aprendido com esse estado social e o que caberia aprendermos? Com efeito, podemos entender que, por exemplo, uma sociedade injusta e egoísta instila nos seres que nela encarnam o egoísmo, educando-os mal^[4] e exigindo, para o exercício de suas virtudes, esforços heroicos. Ao passo que uma sociedade justa, emancipadora e amorosa ensinará os membros que nela nascem a serem melhores, tão bons quanto ela, ou seja, quanto os valores que ela institui à convivência^[5]. Assim, é importante pensar sobre a sociedade em que se situa o sujeito espiritual-social no seu trajeto progressivo. Eis, pois, o importante tema da reflexão a que se propõe este livro filosófico: Como tem se configurado, e como pode vir a ser, a sociedade do sujeito inacabado, em seus diversos aspectos – relacionais, políticos, sentimentais, econômicos, psicológicos, jurídicos, estéticos, culturais, éticos, científico-tecnológicos etc. –, em vista do progresso.

Como dissemos, enquanto avança nesse processo

[4] “Destruí nas leis, nas instituições, nas religiões, na educação, até os últimos vestígios dos tempos de barbárie e de privilégios, e todas as causas que entretêm e desenvolvem [o orgulho e o egoísmo], esses eternos obstáculos ao verdadeiro progresso, que se sugam, por assim dizer, com o leite e que se aspiram *por todos os poros na atmosfera social*.” (Allan Kardec, *Obras póstumas*, pt. I, “Liberdade, igualdade, fraternidade”.)

[5] Allan Kardec, *O livro dos espíritos*, n. 917.

educativo de si e do coletivo, a sociedade toma forma de diversas maneiras. Assim, sucedem-se no mundo as chamadas, em filosofia política, “formas de governo” (tirantias, aristocracias, oligarquias, monarquias, democracias) e os “modos de produção” (escravismo, feudalismo, capitalismo etc.). As melhores sociedades idealizadas, a “aristocracia intelecto-moral”^[6], a socialista^[7], a comunista^[8], ainda permanecem no horizonte do progresso regenerador por vir em nosso mundo. Mas, até lá, enquanto trilhamos o caminho, a mescla de virtudes e vícios individuais que compõe a coletividade, plasmando-se socialmente, formata sociedades que podem ser, de fato, muito violentadoras. São o que podemos chamar “desertos de humanidades”, que se produzem submetendo as massas a muita dor e sofrimento. A sociedade de egoísmo, de orgulho, de privilégios, de desigualdades toma forma, jamais como desejo divino – como muitos se enganam em pensar –, mas por efeito das ações humanas^[9]. Essa “Ordem ou Sistema do Egoísmo”, como Graco Babeuf^[10] designa a sociedade que se baseia sobre o egoísmo (em oposição à “Ordem ou Sistema da Igualdade”), não pode gerar senão abusos, exploração, antagonismo perpétuo de classes^[11] e, junto disso, sofrimento, opressão, dor e morte.

A sociedade capitalista nada mais é que outra modalidade desse Sistema do Egoísmo, desse “deserto” de humanidade, como se verá na obra: uma sociedade de cansaço, de desempenho, de competição, de exploração,

[6] Allan Kardec, *Obras póstumas*, pt. I, “As aristocracias”.

[7] “[O Espiritismo] oferece ao socialismo uma base e uma sanção, demonstrando que os princípios de solidariedade, de fraternidade e de justiça, que são sua essência mesma, encontram-se nas leis universais e são a regra dos mundos superiores.” (Léon Denis, *Socialismo e espiritismo*, cap. VIII.)

[8] “Longe de nós o pensamento de criticar os comunistas de convicção sincera que queriam estabelecer sobre a Terra o regime social que reina provavelmente nos mundos superiores ... Esse regime exige qualidades morais e sentimentos de altruísmo que não existem senão no estado de exceção em nosso mundo egoísta e atrasado.” (Léon Denis, *Socialismo e espiritismo*, cap. IV.)

[9] Allan Kardec, *O livro dos espíritos*, n° 806.

[10] Philippe Buonarroti, *História da conspiração pela igualdade, dita de Babeuf*, cap. “Caráter da Revolução e divisão dos partidos”.

[11] “Com o egoísmo, o interesse pessoal prevalece, cada um vive para si, vindo no semelhante apenas um antagonista, um rival que pode concorrer conosco, que pode nos explorar ou que nós podemos explorar; é de quem fizer o possível para chegar antes de seu vizinho: a vitória é do mais esperto, e a sociedade, coisa triste de dizer, consagra frequentemente essa vitória, o que faz com que ela se divida em duas classes principais: os exploradores e os explorados. Disso resulta um antagonismo perpétuo, que faz da vida um tormento, um verdadeiro inferno.” (Allan Kardec, *Viagem espírita em 1862*, Discursos, n. III, § 2.)

de orgulho, egoísmo e apego material, de privilégios, de individualismo, de violência, enfim, de desamor. O amor implora para ser vivido, para ser escrito no topo dos códigos civis^[12]; mas diariamente vemos, como diz o poeta, “o amor nascer e ser assassinado”^[13].

Como melhorar o meio social? Como sair do “sistema do egoísmo” para o “sistema da igualdade, de liberdade, de caridade, de solidariedade”? Haver apenas indivíduos amorosos, exemplares do bem, não basta para melhorar o social, pois geralmente são sufocados como espigas no meio de espinheiros^[14]. Haver religiões que espiritualizam não resolve: há muitas delas que servem de instrumento de dominação^[15]. A educação, por si, tampouco é suficiente, pois, se ela pode ser transformadora^[16], que é o desejável, também pode ser reprodutora do *status quo*, o que não contribui. Decerto, pode-se pensar na associação revolucionária de diversos fatores para a melhoria social, como a benignidade individual, unida à espiritualização dos seres, ambas ligadas a uma educação filosófica para a autonomia e a transformação – produzindo uma coletividade consciente e ativa, politizada e cooperativa, solidária e emancipadora, capaz de pensar em direitos que faltam e implantá-los, em novas estruturas sociais. Mas obstáculos seculares, incrustados nos atavismos conservadores de muitos que compõem esta humanidade, ainda se levantam. Importa que os sujeitos, humanos-Espíritos-sociais, tomem consciência crescente de sua natureza e destinação para se organizarem e fazerem sua parte no progresso social, impulsionando os retrógrados.

A articulação realizada por pensadores modernos – os autores desta obra –, de posse como estão do ferramental das Ciências Humanas e a partir da doutrina espírita, oferecerá ao leitor instigantes, impulsionadoras e alentadoras ideias e ponderações, produzindo uma renovação de mentalidade, senso crítico, por meio de uma escrita gentil, convidativa e aberta ao diálogo. Os autores mergulham em temas atuais, emergentes e urgentes, como direitos hu-

[12] “Uma sociedade da qual todos os membros estivessem guiados pelo amor ao próximo, que inscrevesse a caridade no topo de todos os seus códigos, seria feliz e veria logo se extinguirem os ódios e as discórdias.” (Allan Kardec, *Revista espírita*, ago. 1860, “Concordância espírita e cristã”.)

[13] Raul Seixas e Paulo Coelho, *Eu nasci há dez mil anos atrás*.

[14] Allan Kardec, *O livro dos espíritos*, n. 521, nota.

[15] Allan Kardec, *A gênese*, cap. I, n. 8.

[16] Allan Kardec, *O livro dos espíritos*, n. 685a, nota.

manos, necropolítica, humanização do sofrimento, identidades culturais, redes sociais e *fake news*, sensibilidade, neoliberalismo, violência, LGBTQIAP+fobia, interseccionalidade, arte, capitalismo, conservadorismo, transgressão, relacionados à doutrina espírita e à moral de Jesus; bem como os preconceitos, a reencarnação enquanto fator social, o progresso nas civilizações, os desvios do Movimento Espírita Brasileiro hegemônico institucionalizado, a educação libertadora, o amor na sociedade etc. E são convidados, a essas discussões, filósofos e filósofos como Hannah Arendt, Nietzsche, Foucault, Lipovetsky, Byung-Chul Han, Edgar Morin, Césaire, Bauman; psicólogos como Freud, Fromm, Dunker; pedagogos como bell hooks, Paulo Freire, Marta Nörnberg, Cipriano Luckesi, Malvina Dorneles; juntamente com grandes pensadores sociais espíritas, como Allan Kardec, J. Herculano Pires, Deolindo Amorim, Eusínio Lavigne, entre outros.

Esta obra oferece uma rica leitura para pensar nosso ser e nossa sociedade a partir da doutrina espírita. Somos sujeitos inacabados, Espíritos encarnados em sociedades desumanas temporárias, produzidas por nós, numa jornada progressiva rumo ao aperfeiçoamento simultaneamente coletivo e individual. E, quanto mais conscientes dessa realidade e das diversas implicações que ela traz – o que é desenvolvido, discutido e aplicado à vida no mundo pelos autores deste livro –, mais estaremos em condições de nos realizarmos individual e coletivamente: perfazendo uma “sociedade que se ame”!



1. Direitos humanos, perspectivas sociais e o Espiritismo

Jerri Almeida

Uma Declaração inovadora

Paris vivia dias de tumultos generalizados. Grande parcela da população – pobre, explorada e faminta – rebelava-se contra o poder da monarquia. No final do século XVIII, a França parecia ser uma das maiores potências da Europa. Parecia! Na verdade, o país atravessava uma grave crise social e econômica. Os reis eram indiferentes à miséria em que vivia grande parte dos franceses. Tratavam o país como se fosse uma propriedade privada sua. A monarquia levava uma vida fútil. O rei se divertia caçando, promovendo festas gloriosas, mas o luxo da corte contrastava com a miséria do povo que a sustentava com seu trabalho.

A nobreza possuía grandes extensões de terras, mas quase nunca vivia nelas. Era comum arrendar suas terras para famílias de camponeses e artesãos produzirem. A terra e os trabalhadores serviam como fonte de renda para sustentar a vida luxuosa que nobres e religiosos levavam na corte do rei, em Versalhes. A nobreza e a Igreja recebiam privilégios da monarquia. Não necessitavam pagar impostos, por exemplo! Quando as despesas aumentavam, os nobres aumentavam, também, os valores cobrados dos “servos” que viviam em suas terras.

A vida do “povo”, mesmo de quem morava nas cida-

des, era difícil. Uma colheita ruim no campo significava fome e miséria nas cidades. O pão era, para muitos franceses no final do século XVIII, por vezes, o único alimento diário. Em 1789, o preço do pão quase dobrou. Os protestos aumentaram pelas ruas de Paris. Ouviam-se, em coro, os gritos de: “Queremos pão!” Os trabalhadores urbanos, operários, artesãos, vendedores ambulantes, possuíam uma vida tão difícil quanto a dos camponeses. Mas também havia uma grande parcela de desempregados, pessoas que haviam abandonado o campo para tentar uma vida melhor nas cidades. Os que não conseguiam emprego terminavam vivendo de esmolas, totalmente desamparados.

Havia, contudo, o grupo de “nobres liberais” que se dedicavam a atividades comerciais e também ao aperfeiçoamento das técnicas agrícolas em seus domínios rurais.^[17] Os burgueses, por sua vez, eram os grandes e pequenos comerciantes e banqueiros, que constituíam uma classe social em busca de maior espaço para seus negócios e seus lucros.

Enquanto o povo vivia na miséria, o rei Luís XVI e sua corte de nobres, religiosos e aristocratas passavam o tempo se divertindo no luxuoso Palácio de Versalhes, próximo de Paris. A tradição das monarquias absolutistas na Europa e, especialmente, na França, era de manutenção do poder centralizado no rei. Daí o termo “absolutista”. Essa forma de governo se fundamentava no modelo do século XVI, justificado pela “teoria do direito divino dos reis”^[18] e, no século XVII, nas concepções de Estado (como a de Thomas Hobbes), segundo o qual o soberano deveria governar com plenos poderes, pois somente assim se poderia controlar a “fúria natural dos indivíduos” e manter a “ordem social”. Todavia, o pensamento Iluminista do século XVIII defendia, de forma geral, ideias liberais, fazendo severas críticas ao absolutismo dos reis e ao poder da Igreja.

Será nesse complexo contexto histórico, social, político e cultural que emergirá, quinze anos antes do nascimento de Allan Kardec, a Revolução Francesa. O aprofundamento da crise econômica, decorrente de vários fatores, dentre os quais os excessivos gastos do Estado, a insuficiência da receita com os impostos devido à política de concessão de privilégios fiscais à nobreza e à Igreja, além da má gestão

[17] Cf. Jorge Grespan, *Revolução francesa e iluminismo*, p. 76.

[18] Segundo essa teoria, os reis eram escolhidos por Deus para governar politicamente os homens.

das contas públicas, fez a França mergulhar numa terrível convulsão social.

Nesse cenário convulsivo, em 26 de agosto de 1789, após muitos debates entre os deputados franceses, especialmente daqueles que representavam “o povo”, é proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A Declaração notoriamente possuía influência do texto da Declaração da Independência Americana, de 1776, cujas ideias básicas consistiam na defesa do direito à vida, à liberdade, à felicidade e à igualdade entre os homens. Um dos primeiros traços que distinguia essas Declarações, no entanto, é que a americana pretendia ser universal, ou seja, deveria abranger a humanidade como um todo. A Declaração francesa era bem menos pretensiosa, pois se dirigia exclusivamente ao povo francês.

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional e considerando que a ignorância, a negligência ou o menosprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção governamental, resolveram apresentar numa declaração solene os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem; para que esta declaração, por estar constantemente presente a todos os membros do corpo social, possa sempre lembrar a todos os seus direitos e deveres. (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Citado por Lynn Hunt, *A invenção dos direitos humanos*, p. 225-228.)

Assim iniciava a Declaração, cujos preceitos formatavam a moderna ideia de direitos humanos e de cidadania. Estabelecia ela que: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Considerava: “O objetivo de toda organização política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”. A liberdade, por sua vez, era definida como “poder fazer tudo o que não prejudique o outro”. [19] A lei só teria o direito de proibir aquelas ações prejudiciais à sociedade.

Todos os cidadãos passavam, pelo menos no texto, a serem iguais perante a lei: “Todos os cidadãos, sendo iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, cargos e empregos públicos, segundo a sua

[19] *Idem*, p. 226.

capacidade e sem nenhuma outra distinção que não seja a de suas virtudes” (artigo 6). Obviamente, essa declaração não foi digerida pela nobreza, portadora de títulos e de um histórico imaginário de superioridade. Mas, e os pobres? E as mulheres?

A declaração, que tornava o homem um cidadão com direitos naturais, também possuía seus limites e dubiedades. A propriedade era considerada um direito fundamental. Mas, e os pobres que nada possuíam? Nobres e camponeses receberiam o mesmo tratamento social? Apesar de seu texto progressista e inovador para a época, a Declaração esbarraria em questões mais complexas da estrutura social, o que, desde o início, evidenciava que a conquista, na prática, dos direitos e da cidadania por grande parte da população seria um enorme desafio.

Enquanto a França passava por uma revolução social, no mesmo período, na Inglaterra, a revolução se dava por meio das transformações geradas pela mecanização e pelo nascimento da indústria moderna. A Revolução Industrial ocasionou profundas mudanças não somente no modo de produção, mas, também, nas relações de trabalho. O sistema capitalista fincava suas raízes parasitárias no solo inglês. Os operários possuíam um regime diário de trabalho exaustivo e infame. Não havia ainda uma legislação trabalhista que regulasse o sistema. Trabalhava-se 17, 18 horas, ou mais, por dia em fábricas escuras, barulhentas, insalubres, expondo os operários a constantes problemas de saúde.

Grande parte da população inglesa se libertava do domínio feudal, da servidão e, portanto, do jugo da nobreza, mas mergulhava, agora, nas garras ferozes do capitalismo e da exploração pela burguesia. Na Inglaterra, no final do século XVIII e início do XIX, crianças a partir dos sete anos já podiam trabalhar nas fábricas, cumprindo exaustiva e repetitiva jornada de trabalho. Não havia ainda a instituição de leis trabalhistas. Os operários produziam riqueza, mas permaneciam na miséria.

A defesa dos direitos humanos, a construção da cidadania e da justiça social fazem parte de um lento processo histórico de lutas, conquistas e mais lutas das classes oprimidas. Eram – e continuam sendo – fronteiras que precisam ser transpostas para a efetiva vivência dos valores sociais, verdadeiramente, humanistas. O lema da Revolução

Francesa (1789): *Igualdade, liberdade e fraternidade*, se mantém desafiador nos dias atuais, embora a regulamentação dos direitos humanos, especialmente nos países ocidentais, tenha avançado nas últimas décadas.

O humanismo social espírita

A publicação de *O livro dos espíritos*, em 1857, inaugurou a perspectiva do humanismo social espírita, que, de forma inovadora, tutelava ideias profundamente progressistas para sua época. Vejamos alguns de seus ensinamentos:

1. O trabalho deve proporcionar dignidade e bem-estar ao ser humano (n. 676 a 685a);
2. O uso dos bens da Terra é um direito de todos (n. 711);
3. Deus não concedeu superioridade natural a nenhum homem, nem pelo nascimento, nem pela morte (n. 803);
4. A desigualdade das condições sociais é obra do homem, e não de Deus (n. 806);
5. O homem e a mulher são iguais perante Deus e têm os mesmos direitos (n. 817);
6. A escravidão é condenável em qualquer sentido (n. 829);
7. Ninguém possui o direito de pôr entraves à liberdade de consciência (n. 836);
8. A justiça consiste no respeito aos direitos de cada um (n. 875.);
9. A necessidade de viver em sociedade acarreta obrigações. A primeira é a de respeitar os direitos dos semelhantes (n. 877);
10. O direito à vida é o primeiro de todos os direitos naturais do ser humano (n. 880).

Allan Kardec tratou o Espiritismo não apenas como uma metafísica, que se preocupa com o espírito e sua imortalidade, mas situou sua filosofia na defesa de uma sociedade mais igualitária e justa. Para ele – sob vários aspectos, herdeiro do iluminismo –, os preconceitos sociais, o fanatismo, a intolerância e a ignorância, são os inimigos comuns das ideias progressistas.[20] Além disso, escreveu o nobre pedagogo que

o orgulho, que trabalha para ser o primeiro e para do-

[20] Cf. Allan Kardec, *Revista espírita*, jun. 1868, “O Espiritismo em toda parte”.

minar; que vive de privilégios e de exceções e que aproveitará a primeira ocasião para destruir a igualdade social. (...) Ora, sendo o orgulho uma das chagas sociais, é evidente que nenhuma sociedade terá a igualdade sem arrasar primeiro essa barreira. (Allan Kardec, *Obras póstumas*, pt. I, "Liberdade, igualdade e fraternidade.")

A filosofia espírita, em seu ímpeto libertário, jamais poderia ser usada para justificar, à luz da reencarnação, arbitrariedades ou retrocessos sociais de qualquer espécie. Sua natureza revolucionária rompeu epistemologicamente com o paradigma reducionista e limitante das velhas ortodoxias religiosas/moralistas e ideológicas/materialistas. O centro fenomênico da doutrina fundada por Allan Kardec é o *Espírito humano*. O ser imortal e pluriexistencial que transita na condição humana e que, como ser histórico e autobiográfico, necessita dos processos de interação social para progredir e para superar seu orgulho de classe, de poder, de "raça". O progresso, como hipótese de reflexão, representaria não somente a consciência do próprio inacabamento humano, mas o esforço permanente por sua humanização no desenvolvimento do amor.

Pensar uma sociedade que respeite as diversidades e que defenda a igualdade dos direitos humanos não é um discurso ilusório, ingênuo ou artificial. Se, por um lado, a sociedade individualista insiste na presença do egoísmo e do orgulho, por outro, ela nos oferece várias possibilidades para reorientarmos nossas esperanças. O Espiritismo oxigena ideias e dialoga com a perspectiva de um mundo melhor. Kardec afirmou, nesse sentido, que ele,

pela lei da pluralidade das existências, abre um novo campo à filosofia; o homem sabe de onde vem, para onde vai, com que objetivo está na Terra. Explica a causa de todas as misérias humanas, de todas as *desigualdades* sociais; dá as próprias leis da natureza como base dos princípios de solidariedade universal, de *fraternidade*, de *igualdade* e de liberdade, que se assentavam apenas na teoria. Enfim, lança luz sobre as questões mais árduas da Metafísica, da Psicologia e da Moral. (Allan Kardec, *Revista espírita*, ago. 1865, "O que ensina o Espiritismo".)

Tais considerações ampliam a perspectiva de análise dos fenômenos sociais, articulando outros elementos

e saberes, normalmente desconsiderados pelas Ciências Humanas. Todavia, a teoria espírita não preconiza que os dilemas sociais encontrem sua solução por meio de decretos ou de uma intervenção divina. As grandes conquistas sociais foram e são realizadas com base nas mobilizações e reações populares e de classes. Obviamente, o Espiritismo sempre defenderá ações pacíficas, não-violentas, que expressem valores humanistas e virtuosos. A “luta de classes” na perspectiva espírita só poderá se dar no plano simbólico, metafórico, jamais em sentido literal, violento. Essa “luta” deverá ocorrer, sobretudo, pelas vias da educação, do conhecimento e da participação social e política dos indivíduos.

Aliás, J. Herculano Pires enfatiza que o processo educativo é, na verdade, um processo individual e social, crítico, de reelaboração das heranças sócio-político e culturais pelas novas gerações.[21] Allan Kardec, assim como Paulo Freire[22], sustenta que é possível o melhoramento gradativo do indivíduo e da sociedade por meio da educação, que consiste num processo dialético, capaz de enfrentar o inacabamento do próprio ser. Nesse sentido, a educação poderá ter vários matizes, mas sempre se fundamentará na dinâmica das relações. O indivíduo interage na sociedade e o coletivo repercute sobre o individual. A educação é, portanto, um processo dialético, crítico e, notadamente, um ato político.

A política não implica, necessariamente, no engajamento partidário. Entendemos o termo “política” no sentido aristotélico: “O homem é por natureza um animal político”, ou social[23], isto é, como sendo a relação entre o cidadão/sujeito e a sociedade da qual faz parte. Nesse sentido, a perspectiva política consubstancia os discursos e ações que visam examinar as condições sob as quais o ser humano pode atingir a felicidade social, o “bem-estar coletivo”.

Quando se fala em direitos humanos, mesmo aqueles que se autodenominam “cristãos” se fecham muitas vezes para um debate mais profundo sobre justiça social. Os espíritas tradicionais, por vezes, alegam, simploriamente, que os problemas sociais são decorrentes de processos

[21] Cf. J. Herculano Pires, *Pedagogia espírita*, cap. “Educação para um novo mundo – União para a grande luta”, p. 73.

[22] Em *Pedagogia da indignação*, p. 52.

[23] Aristóteles, *Política*, liv. I, 1253a, p. 33.

reencarnatórios, são “dívidas do passado”, “resgates” e, criativamente, buscam argumentos no Espiritismo para justificar o injustificável.

Sem desconsiderarmos as possíveis implicações reencarnatórias sobre o contexto social, seria mais relevante assumirmos uma condição de sujeitos proativos que, não menosprezando o valor da caridade, lutam por justiça social e pela garantia dos direitos humanos para todos. O progresso não deve ser visto sob uma perspectiva meramente individual. A “omissão dos bons” atesta ou legitima, de alguma forma, as injustiças sociais.

O escritor e pensador espírita argentino Manuel S. Porteiro rejeitou o “falso argumento da causalidade reencarnatória”.^[24] O espiritismo, por sua natureza racionalista, progressista e humanista, não poderia naturalizar a exploração do homem sobre o homem. A reencarnação, à luz da filosofia espírita, faz parte, intrinsecamente, da lei natural, oportunizando períodos de aprimoramento no cenário da vida física. Todavia, o ser humano é o protagonista principal que, a partir de sua autonomia, vai articulando o enredo de sua existência. O indivíduo e a sociedade são, portanto, os agentes responsáveis pelo grande projeto de um mundo melhor e mais humanizado.

[24] Cf. Milton Medran Moreira, *Direito natural, lei natural e justiça social*. Em A. Arthur Chioro dos Reis e Ricardo de Moraes Nunes, *Perspectivas contemporâneas da reencarnação*, p. 142.



2. A educação libertária e a produção da autonomia

Alexandre Júnior

A educação, sem dúvida nenhuma, modifica as qualidades intelectuais e morais da alma; mas aqui se apresenta outra dificuldade. Quem dá à alma a educação para fazê-la progredir? (Allan Kardec, *O céu e o inferno*, cap. I, n. 6.)

Importante pensarmos a educação como um processo que, de forma articulada e sistemática, seja capaz de munir com os recursos necessários os Seres-Humanos-Espíritos-Sociais, tornando-os autônomos e capazes de darem conta de suas demandas particulares e sócio-coletivas. Entendendo o exercício dessa educação com o olhar instituído a partir da integralidade que compõe esse sujeito em todas as suas potencialidades e possibilidades. Enxergando esse ser, portanto, em toda a sua complexidade e incompletude naturais, como intelectual, afetivo, emocional, cultural, político, social, físico, ambiental e espiritual.

Partimos da ideia de uma educação concebida a partir de um processo cultural, social e político que tem como fim se produzir de forma que o seu fazimento seja oportunizador, influenciador, atravessador, vivenciador, problematizador, questionador, desacomodador, libertador, libertário, emancipador, politizador, espiritualizador, humanizador.